

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CAMPINAS: QUEM FICOU DE FORA? ¹

THE RURAL DEVELOPMENT COUNCIL - CAMPINAS: WHO IS NOT IN?

Vera Lúcia G.S. RODRIGUES²
Ana Carolina NASCIBEM³

RESUMO

No presente trabalho sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas (CMDR) pode-se perceber de um lado que este se insere numa proposta de revigoração do espaço rural do município. De outro, ficou clara a dificuldade de participação em geral e de alguns representantes em particular no Conselho. Isto nos levou a investigar o porque da não-participação. É o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campinas e Região, que ao contrário do Sindicato Rural tem estado ausente no Conselho. A não participação é uma opção consciente por parte da diretoria feita com base na avaliação de que não se trata de uma prioridade porque não é algo que diga respeito a questões especificamente relativas aos interesses dos trabalhadores rurais. O entendimento desta questão tornou evidente algo que já tínhamos como hipótese. A conquista dos direitos no espaço rural não é um processo linear, onde a entrada de novos direitos na pauta do aprofundamento da cidadania elimina a necessidade de se continuar reivindicando direitos formais básicos, como os direitos trabalhistas. Principalmente entre os trabalhadores rurais, onde esta conquista tem sido tão difícil. A atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural para o Sindicato Rural é relevante, entretanto, no sentido de valorizar a agricultura e a conseqüente manutenção de emprego e renda no setor.

Palavras-chave: direitos sociais; conselhos gestores; associativismo; políticas públicas

¹ Agradeço a PUC-Campinas pelo apoio financeiro ao projeto e ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica. O trabalho foi apresentado no 32º Encontro do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo e no XII Congresso Brasileiro de Sociologia.

² Doutora em Sociologia, Professora da Faculdade de Ciências Sociais, CCH-PUC-Campinas, pesquisadora do Laboratório de Estudos, Sociedade, Ética e Cidadania (LESEC-FCS-PUC-Campinas).

³Graduanda do Curso de Ciências Sociais na PUC-CAMPINAS e Bolsista PIBIC/ CNPQ

ABSTRACT

The Rural Development Council –Campinas emerges along a proposal implemented by the Executive of revalorizing the rural space in this large city. It was also clear that there was a certain degree of difficulty, specially of some entities, in participating in this forum. The Rural Workers Union for example, has been completely absent. The non participation has been a conscious option based on the evaluation that the activities developed by the CMDR-Campinas do not specially concern rural workers. The would concern land owners instead. On the rural workers union point of view, however, the CMDR- Campinas is important in the sense it has given agriculture a greater importance, allowing increasing job and income in the sector.

Key-words: *social rights, rural development councils; associativism; public policies.*

Ele discute mais a questão da produção, ele discute a questão da comercialização, a questão da irrigação das lavouras. Nós não conseguimos nos inserir. Por que prá nós, nós fazemos o papel de reivindicar. Então nós somos aqueles que vão reivindicar as condições do trabalhador prá fazer o plantio, pra fazer a irrigação, pra fazer isto, pra fazer aquilo (entrevista a autora, 2004).

Introdução

O objetivo principal do trabalho é apresentar um primeiro levantamento das entidades voltadas para a conquista dos direitos sociais no espaço rural de Campinas. Conforme previsto, foram objeto da pesquisa inicialmente as entidades com um grau maior de institucionalização, mais facilmente detectadas, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas (CMDR) e o Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável (GDRS).

Estamos supondo que a existência destas entidades colabora para a construção de espaços públicos e por sua vez a participação nos espaços públicos contribui para o aprendizado e consolidação de uma cultura de direitos, pois possibilita a convivência entre interlocutores portadores de interesses diferenciados reconhecidos como legítimos. O espaço público, ao ter como fundamento o reconhecimento do outro como um “sujeito portador de direitos”, tenta burlar as assimetrias de poder e oferecer um campo regulado democraticamente para a administração de conflitos.

Os Conselhos estão crescendo cada vez mais, são exigências legais. São novos instrumentos de expressão,

representação e participação dotados de potencial de transformação política. Porém, isto depende de como vão ser implementados e operacionalizados. O Conselho, em si, enquanto exigência da lei, não garante nada. Eles podem imprimir um novo formato às políticas públicas desde que implementados e operacionalizados com a efetiva participação cidadã (Gohn, 2000: 36).

Na pesquisa ficou clara a dificuldade de participação em geral e de alguns representantes em particular. Nem todos os representantes que deveriam compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-Campinas têm comparecido às reuniões, levando à sua exclusão, prevista pelo próprio regimento.

A solução tem sido a alteração da composição do CMDR-Campinas, substituindo os representantes excluídos por outras entidades.

Isto nos levou a investigar o porque da não-participação. Acreditamos que a simples substituição de representantes não resolve a questão de que algumas entidades que deveriam estar integrando o Conselho efetivamente não estão. É o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campinas e Região, que ao contrário do Sindicato Rural tem estado ausente no Conselho.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento rural de Campinas: um pouco de história

De maneira geral, o interesse da pesquisa foi investigar o porque da existência de um Conselho de Desenvolvimento Rural numa Metrópole como Campinas.

O Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas foi constituído a partir da lei municipal nº 9804 de 16/07/98. A justificativa era a de que embora o município de Campinas seja conhecido basicamente pelas suas indústrias, comércio e universidades, não deixa de ter um meio rural importante que precisa ser planejado. A primeira reunião realizou-se em dois de março de 1999, no auditório da Centrais de Abastecimento de Campinas (Ceasa-Campinas), que passou a ser a sede do Conselho. O presidente do Ceasa foi indicado presidente do Conselho e o diretor do Sindicato Rural seu vice-presidente, numa clara demonstração da necessidade da presença de órgãos estatais para a instalação do Conselho. Na segunda reunião, realizada no início de abril, foi aprovada proposta de regimento do CMDR-Campinas.

Com relação às diretrizes, o CMDR-Campinas deve fundamentalmente identificar problemas dos vários segmentos do setor agrícola municipal e formular propostas de solução; promover a participação da comunidade rural em assuntos de seu interesse; propor diretrizes para a política agrícola municipal; incentivar a ação coordenada de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, bem como ainda do cooperativismo e associativismo; integrar as associações públicas e privadas vinculadas à pesquisa, ensino, produção, comercialização, armazenamento e industrialização, no planejamento e execução dos programas e recursos locais; viabilizar soluções municipais e regionais com as autoridades competentes quer sejam elas municipais, estaduais ou federais, e ainda com os outros Conselhos de Desenvolvimento Rural.

A exemplo de grande parte dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, o CMDR-Campinas é órgão consultivo de assessoramento do Poder Executivo.

Com relação às finalidades, o CMDR-Campinas deve propor diretrizes para a política agrícola municipal, colaborar nos estudos e elaboração do planejamento, planos e programas de expansão e desenvolvimento rural municipal, propor e acompanhar os programas de desenvolvimento rural, convocar reuniões comunitárias para a discussão de planos, ações e atividades relativas

aos vários segmentos do setor agrícola e apoiar e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo. Nestas duas últimas finalidades, principalmente, fica clara a intenção do Conselho de colaborar para a constituição do capital social no espaço rural de Campinas.

Embora tenha nascido bastante institucionalizado, principalmente devido a forte presença do Sindicato Patronal Rural e de órgãos do poder público, como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), o Instituto Agrônômico de Campinas (IAC) e a Central de Abastecimento (CEASA), o CMDR-Campinas vem tentando incorporar uma participação mais efetiva das associações dos produtores rural. A atuação do Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável, diretamente ligado ao Executivo, tem sido importante neste sentido.

Maiores detalhes sobre as atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural podem ser encontrados no relatório da pesquisa.

Direitos no Espaço Rural: ainda a questão dos direitos trabalhistas

A não participação dos trabalhadores rurais, através de seu Sindicato, foi motivo de uma preocupação especial nesta investigação. Para tanto foram realizadas entrevistas aprofundadas com a diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais com o objetivo de recuperar a história do Sindicato e os motivos de sua não participação no Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas, apesar de estarem incluídos desde o decreto de sua fundação.

Indagarmos sobre esta ausência sistemática do Sindicato faz sentido quando os Conselhos, enquanto espaços de co-gestão, deveriam se constituir em espaços onde *o Estado senta-se formalmente à mesa e ali se formulam políticas públicas, se estabelecem contratos, se reconhecem direitos.* (Grupo de estudos sobre a Construção Democrática, 2000:65).

O entendimento desta questão tornou evidente algo que já tínhamos como hipótese. A conquista dos direitos no espaço rural não é um processo linear, onde a entrada de novos direitos na pauta do aprofundamento da cidadania elimina a necessidade de se continuar reivindicando direitos formais básicos, como os direitos trabalhistas. Principalmente entre os trabalhadores rurais, onde esta conquista tem sido tão difícil.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campinas e Região tem como base os municípios de Campinas, Paulínia, Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Cosmópolis, mas sua história está fortemente vinculada a este último município. Mais especificamente, a atuação do Sindicato está voltada para os cortadores de cana da Usina Ester, aí localizada. Num espaço onde os direitos trabalhistas têm sido tão duramente conquistados, não deve ser motivo de estranhamento que a prioridade do Sindicato Rural seja a garantia e aumento dos direitos trabalhistas e não a participação no Conselho. Em outras palavras, entre consolidar direitos fundamentais para que eles não sejam mais dívidas como no passado, e a participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o Sindicato priorizou a primeira opção. É disto que se trata basicamente, como veremos a seguir.

A história do Sindicato está marcada por uma trajetória de lutas que inclui duas greves, uma em julho de 1986 e outra em 1989.

“O Sindicato ele nasceu a partir de uma luta dos trabalhadores mesmo. Não foi aquela organização onde as pessoas vai lá pega e forma as lideranças prá criar. Este nasceu da luta” (entrevista autora, 2004).

O início do processo de constituição do Sindicato se deu em dezembro de 1986, após greve dos cortadores de cana da usina Ester, localizada em Cosmópolis. Um dos motivos da greve foi o mesmo da famosa greve de Guariba, ocorrida dois anos antes: o aumento de ruas que o trabalhador deveria cortar simultaneamente, agora sete e não mais cinco, aumentando o esforço físico e dificultando sua produtividade⁴. A fundação definitiva se dá em 1989, após a obtenção de toda a documentação necessária.

O movimento de Guariba, entretanto, não teve influência significativa nesta primeira manifestação dos cortadores de cana da usina Ester. O principal motivo da greve foi algo que mostra como os direitos mais fundamentais estavam distantes destes trabalhadores. Os cortadores de cana não tinham o direito de beber água quando tinham sede. Precisavam terminar o corte de toda

uma rua para ao sair dela poder beber água. Tempos difíceis, onde como lembra a dirigente sindical, *acontecia de sair mulher desmaiada. Parece mentira, ter que brigar pra tomar água.*

“É, em 1986, quando levantou a greve, nós tivemos vários pontos de reivindicação, o principal era esse, era a água. Por que? Nós não podíamos beber. Você tinha que ir para a rua, se você... a cana alta te cobrindo, você entrava no meio daquela cana, carpindo e você só podia tomar água quando você saísse do outro lado da rua, mas você ia por dentro da rua, não andando, você tinha que ir carpindo, aí, para você beber água, era a mesma coisa: você entrava aqui e tinha que sair lá do outro lado, porque você não podia sair daqui para ir lá fora beber água. Acontecia de sair mulheres desmaiadas do meio do canavial, porque às vezes o mato estava muito forte, porque tem um tipo de capim que a sombra não dá para ele. E justamente quando tinha colônã, tinha um outro capim muito forte, e você tinha que limpar a rua. Se você não limpasse, ... você só bebia a água quando saía do outro lado. Então essa foi uma reivindicação muito grande nossa” (entrevista autora, 2004).

Pode-se observar no discurso da diretora do sindicato rural uma ênfase na autonomia tanto na sua organização quanto na suas reivindicações. Foi ressaltado com frequência não só que a organização tinha decorrido das próprias greves, mas também que tinham obtido avanços que outros cortadores de cana não conseguiram. Um exemplo citado várias vezes é os trabalhadores da Usina Ester receberem por semana enquanto os cortadores de cana normalmente receberem por mês.

De qualquer maneira, a presença de um partido político foi significativa na fase inicial de organização do sindicato, conforme podemos observar no depoimento abaixo:

“Em 1986, nós tivemos um movimento de greve aqui na Usina Ester no mês de julho e, a partir

⁴ Convém esclarecer que a lavoura de cana-de-açúcar é plantada em sulcos longitudinais que formam “ruas” de cana separadas por 1.50m aproximadamente. Por ocasião da colheita, o trabalhador volante corta simultaneamente várias ruas paralelas, jogando as canas em um eito central. Assim, por exemplo, no sistema de cinco ruas, ele corta simultaneamente as ruas 1 a 5, jogando a cana para o centro da rua 3, formando assim o “eito”. No sistema de sete ruas, uma rua a mais década lado é cortada simultaneamente, obrigando o trabalhador a lançar a cana cortada não mais a 3 metros, mas 44,4 m para atingir o “eito” (Graziano da Silva, 1997:59). Para os usineiros, a grande vantagem é a maior racionalidade do carregamento e transporte de carga, ale de diminuir as impurezas.

desse movimento, a gente criou a organização dos trabalhadores através do sindicato, porque, durante a greve, nós conhecemos algumas pessoas do PT daqui do município que ajudaram a gente a estar formando a organização” (entrevista autora, 2004).

Um outro ponto importante neste período inicial do Sindicato foi a luta pela eliminação do assédio sexual às mulheres cortadoras de cana. Nas palavras da dirigente sindical, *as mulheres naquela época sofria muito assédio sexual. Isto nós acabamos com ele na roça*⁵.

A eliminação do assédio sexual nos remete obviamente à questão dos direitos da mulher e, conseqüentemente, à questão do direito à diferença. Nesta realidade específica o direito a diferença implica em indagar como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campinas e Região tem conciliado a luta mais geral relativa a conquista/manutenção de direitos trabalhistas com as diferenças que ainda existem com relação a mulher bóia-fria.

Trata-se, portanto, de se refletir sobre a obtenção/ampliação de direitos referida à questão da cidadania, mais especificamente de uma nova concepção de cidadania. Esta trabalha com uma redefinição da idéia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos. Esta concepção não se limita portanto, a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, ou a implementação efetiva de direitos abstratos e formais e inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta. (Dagnino, 1994: 107/108).

Aqui, é importante ressaltar um aspecto ainda não salientado na nova abordagem da cidadania. É possível afirmar que essa redefinição contempla não só o direito à igualdade, mas também **o direito à diferença** (Dagnino, 1994: 107/108 grifos VLGSR).

O direito à diferença não deve de qualquer forma nos levar a abrir mão de algo ainda mais fundamental que é a igualdade. Como lembra Flávio Pierucci, se é para alguém de esquerda, abraçar a diferença, que o faça sem abrir mão da igualdade (Pierucci, 1993:10). Trata-se muito mais de uma explicitação das diferenças e da administração dos conflitos e interesses com base em normas pactuadas

e públicas, não ficando confinados ao terreno do privado ou submetidos ao interesse do mais forte (Grupo de Estudos Sobre a Construção Democrática, 2000:55). O que significa aumentar as condições de igualdade para grupos/interesses diferentes.

Vera Telles concebe a esfera pública como sendo:

“o local onde os conflitos e as diferenças podem ser equacionados tendo como medida comum o reconhecimento dos direitos. Os direitos emergem em sua análise como forma de sociabilidade e regra de reciprocidade, que não se referem apenas às garantias inscritas nas leis e instituições, mas, antes de mais nada, a uma forma específica de regular as relações e os conflitos sociais. Como forma de sociabilidade, ela diz, os direitos constroem “vínculos propriamente civis” entre os indivíduos, os grupos e as classes, constroem uma “gramática civil”, que baliza as relações entre os indivíduos na referência a medidas de justiça que são sempre alvo de questionamentos e reformulações, uma vez que não são redutíveis a prescrições legais”. (Telles in Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, 1998/99:56/7).

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campinas e Região tem levado uma luta no sentido de que as mulheres sejam consideradas trabalhadoras nas mesmas condições que os homens e que ambos sejam respeitados enquanto trabalhadores.

A palavra respeito foi mencionada com frequência durante as entrevistas com a diretora do Sindicato, indicando a estreita ligação entre a obtenção de direitos e o ser respeitado nos mais variados aspectos. Na avaliação que faz, a ênfase é sempre que *a gente avançou muito em termos de respeito*.

Com relação à mulher, este respeito significa ser tratada em pé de igualdade com o homem.

“Tinha uma divisão do trabalho em questão da produção. A mulher produzia..., a mulher era mais fraca... Então isto se diferenciava, Hoje não é isto. A mulher vai lá e corta cana por ela mesma, não por proteção disto ou daquilo. Por que era este

⁵ A própria dirigente foi vítima de assédio sexual e ainda se emociona ao lembrar o episódio. O fiscal lhe negou serviço, mas foi a sua casa a noite dizendo que ela poderia trabalhar no dia seguinte se saísse com ele. Ela não hesitou em denunciá-lo.

tipo de proteção que fazia com que os trabalhadores fossem divididos e a mulher assediada até. Isto acabou...” (entrevista autora, 2004).

Em outras palavras, para ser respeitada, a mulher cortadora de cana não deve ser “protegida”, como na tradicional cultura da dádiva, onde como ressalta Teresa Sales, *no âmbito da sociedade escravocrata os homens livres e pobres, sujeitos ao favor dos senhores de terras, amesquinham-se na sombra de suas dádivas. A cultura política da dádiva sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da escravidão, expressou-se de uma forma peculiar no compromisso coronelista e chegou até nossos dias* (Sales, 1994:25). Afinal, vida, trabalho, bens e mobilidade pessoal eram direitos que chegavam aos pobres como dádiva do senhor de terras (Telles, 1994: 46).

Estão aí as bases daquilo que tem sido denominado cidadania concedida ou seja, a não-cidadania *do homem livre e pobre, o qual dependia dos favores do senhor territorial, que detinha o monopólio privado do mando, para poder usufruir dos direitos mais elementares de cidadania civil. O rompimento com essa cidadania concedida dar-se-ia apenas com o amplo processo de expulsão do trabalhador rural para fora do grande domínio territorial nos idos dos anos de 1960 ... Trata-se de uma espécie de cimento das relações de mando e subserviência, que fornece a base para a continuidade de tais relações, as quais, por sua vez, são associadas à cultura da dádiva* (Sales, 1994:27).

Assim, se os trabalhadores rurais do sexo masculino estão lutando para se livrar desta não cidadania, as do sexo feminino também. E isto só será possível à medida que forem tratadas da mesma maneira que eles. Quando afirma que hoje **a mulher vai lá e corta cana por ela mesma**, a diretora do Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais de Campinas e Região está fazendo um discurso na direção daquele de Flávio Pierucci quando afirmava que abraçar a diferença não deve significar abrir mão da igualdade.

Em seu discurso, podemos perceber que refletir sobre a especificidade da situação da mulher cortadora de cana significa principalmente inseri-la nas mesmas

condições de seus companheiros do sexo masculino. A diferença, mais uma vez, não deve implicar em abrir mão da igualdade.

De outro ponto de vista, podemos afirmar que mesmo preocupada com a mulher e seus problemas específicos, ela não subestima o fato de que elas como outras minorias, *são também membros de uma classe e estão inevitavelmente situados em algum ponto da estrutura social de suas sociedades. As mulheres, nessa visão, são parte da classe proletária, como trabalhadoras ou como esposas de trabalhadores, ou naturalmente como ambas as coisas; ou são membros da classe dominante, também em virtude de suas profissões ou posição no mundo dos negócios, ou pelo casamento* (Miliband, 1999:497).

Fica evidente que a grande preocupação do Sindicato é a defesa dos interesses dos trabalhadores rurais do corte da cana da usina Ester, de ambos os sexos, apesar da necessidade da preocupação especial com a mulher cortadora de cana. A própria diretora do sindicato, trabalhou no corte de cana antes de assumir o Sindicato. Tem e continua tendo uma história bastante combativa junto a estes cerca de 1500 trabalhadores da usina.

“O pessoal da cana é a área maior, mais forte do Sindicato. A gente avançou muito em termos de respeito” (entrevista autora, 2004).

A greve de 1989 foi igualmente um marco importante na história do Sindicato. Longa, com duração de 21 dias, a greve acabou se configurando numa verdadeira guerra. A própria diretora do Sindicato foi seqüestrada e abandonada num matagal⁶.

Na época já foi a reivindicação de 89, que nós tivemos uma outra greve, né? Mas, em 89, nós tivemos uma greve também, durou 21 dias. Nessa greve, teve muito problema, muita coisa grave aconteceu. Eu não posso dizer que eu fui seqüestrada, que eu não sei o que fizeram comigo, né? Mas, naquela época, me tiraram do meio do movimento, eu fiquei 2 dias não sei aonde. A única coisa que eu sei é que eu fiquei com os olhos vendados. Aí desceu bastante deputado para cá. Os trabalhadores foram todos para a rua, em protesto, em grito, que eles queriam que me

⁶ O relato deste foi o momento mais emotivo de todas as entrevistas e a diretora do sindicato teve dificuldades para conte-la ao relembrar o episódio.

devolvessem ou viva ou morta. E 2 mil pessoas foram... fizeram greve nessa cidade aqui, assim, direto, fazendo o comércio fechar e fechou mesmo, sabe, enfim, foi uma guerra que aconteceu em 89 aqui. E aí nós, depois desses 2 dias, eu fui solta num pomar de laranja aqui encima e passei uma noite ali, toda amordaçada, amarrada, quando me encontraram no dia seguinte tiveram que fazer muita coisa para eu voltar ao meu normal, porque era noite fria. Enfim, foi uma guerra, 1989 foi uma guerra que nós tivemos aqui (entrevista autora, 2004).

A radicalidade de ambas as partes dificultou a obtenção de resultados positivos. De um lado, os trabalhadores não receberam os dias parados, o que causou um refluxo grande no movimento. De outro, a diretoria da usina foi demitida, por sua incapacidade de negociação.

“A usina enfrentou a greve, nós também. Naquele ano, nós tivemos uma perda significativa porque foram 21 dias de greve que nós não ganhamos os dias parados. Eu acho que foi um dos movimentos mais fortes em termos de participação e mais fracos em termos de ganho. Aí o sindicato ficou de 89 até 94 ou 95 para se recuperar politicamente diante dos trabalhadores. Nós tivemos que repensar a nossa política de trabalho porque foi uma derrota para nós naquele tempo, porque o trabalhador perder 21 dias de greve, perdeu todo o décimo terceiro dele, perdeu férias..., aliás, perdeu férias, assim, foi muito grande. Aí nós ficamos até 1995 praticamente no chão, porque não se conseguia se falar, nós nos queimamos muito, a diretoria do sindicato se queimou muito com aquela greve, porque a usina bateu pesado, ela fez para derrubar o sindicato. Aí nós começamos fazer um trabalho, como se fosse começando mesmo, eu digo que nós começamos. Nós não retomamos o trabalho, nós começamos um novo trabalho, que era uma política dessa que você vê aqui, ilustrado aqui nessa pauta que eu te dei, por exemplo, as reuniões no local de trabalho, está vendo?” (entrevista autora, 2004).

Assim, a greve de 1989 foi importante na trajetória do Sindicato principalmente porque levou a uma mudança importante na maneira de lutar pelos direitos. Não mais através de uma postura de confronto, mas de negociação, de busca de consenso a partir do trabalhador organizado.

“Hoje nós temos um trabalho muito grande, um trabalho muito bonito em relação à organização dos trabalhadores. O resultado daquela greve nos ensinou muito a fazer um outro tipo de trabalho. Hoje o trabalhador não sai prá cotar cana, ele não começa a cortar cana sem saber o que ele vai ganhar, quanto ele vai ganhar, como vai ser, o que ele vai receber, o que é que vai dar. Mas isto não num movimento de paralisação...” (entrevista autora, 2004).

Aqui o importante a ser ressaltado é a necessidade de se levar em conta não apenas os avanços na conquista dos direitos em si, mas também os avanços na maneira como eles vem sendo obtidos. Neste caso específico, a maior capacidade de negociação permitiu um avanço na própria conquista de direitos. Como o cortador de cana é pago por produção, foi fundamental ter controle sobre ela

“O bóia-fria, o cortador de cana na realidade onde ele tem mais exploração é no controle da produção dele, porque ele não sabe controlar” (entrevista autora, 2004).

Um exemplo de avanço neste sentido é que ao contrário dos demais trabalhadores que são pagos mensalmente, os trabalhadores da Usina Estér recebem seu salário por semana.

Além disto, o sindicato tem um controle rígido da produção, da qual depende a remuneração do trabalhador, através de computador na balança instalada na usina.

“O controle da produção, ele funciona da seguinte forma: lá na roça, tem as quadras de cana, que, no geral, fala, assim, um campeão. Então alguém da empresa vai lá, olha a cana, e fala: olha, essa cana aqui vai dar tantos quilos por metro. O trabalhador ganha por toneladas, né? Então a partir de tantos quilos por metro, faz-se a conversão. Aqui funciona da seguinte forma. Não é isso, era, mas nós acabamos com isso. Hoje o trabalhador, a usina vai lá, recolhe toda a cana daquela quadra. Por exemplo, a quadra do Bom Retiro... tá? A quadra número 1. Vão lá os trabalhadores cortarem a cana da quadra número 1. Recolhe tudo, passa na balança da usina. O sindicato tem um computador do sindicato lá na balança da usina e temos as pessoas que ficam lá na balança, dia e noite, de

domingo a domingo, pegando o peso de cana de cada caminhão que passar ali. Ai, isso nós fazemos, aqui do sindicato, faz-se uma apuração do total de cana e aí, pela quantidade de metros que eles cortarem, encontra-se o valor real do peso de cana. Então, hoje, a gente consegue ter um controle até do quilo de cana que eles cortam. E isso não tem em todo o Brasil”.(entrevista autora, 2004) .

A conquista do direito de controlar a produção exigiu um aumento grande na organização dos trabalhadores, organização da qual aparentemente a diretoria da usina duvidava. Assim, atendeu a reivindicação, achando que os trabalhadores não seriam capazes de efetivá-la.

“É, nós optamos por fazer um programa e, nesse programa, a gente... que foi desenvolvido aqui por nós mesmos; pensamos, aí você controla a tonelada de cana que deu, a quantidade de metro, tem o número da quadra, tem o número da nota fiscal que saiu aquele caminhão de cana. Então se o trabalhador, terminou a safra de cana, e a gente sabe que se deu um probleminha, nós vamos buscar ali, que a gente vai encontrar, está registrado. E no resto do estado não é assim, no resto do estado é chamado de campeão, e para nós é quadra fechada, tá? Os patrões, na realidade, eles apostam que até quando conceberam essa reivindicação para nós, eles conceberam apostando na nossa incapacidade de conseguir fazer algo maior, conforme foi esse controle de produção. Mas não. A gente sabia o que queria, então, assim, nós tivemos grandes avanços, tivemos greve fortíssima”(entrevista autora, 2004) .

A conquista do direito ao controle da produção, realmente exigiu um esforço grande, incluindo uma equipe em tempo integral na usina. Esta equipe é composta por funcionários do Sindicato especialmente treinados.

A pauta de reivindicações 2004 continua tendo como ênfase a luta pelo controle da produção. Uma das cláusulas relativas às condições de trabalho e relações trabalhistas estabelece inclusive que os empregadores ficam obrigados a fornecer diariamente, comprovantes de produção

contendo o nome do empregado, o tipo de cana cortada, a quantidade- metro/peso e seu correspondente valor em dinheiro.

O controle sobre o processo de mecanização também tem sido um outro ponto importante na pauta de reivindicações. O Sindicato conseguiu realizar um acordo para que a usina não continuasse a mecanizar após a compra de 5 máquinas colheitadeiras⁷.

Em resumo, o sindicato tem vínculo especialmente forte com esta categoria de trabalhadores. E em grande medida é isto que leva ao desinteresse em participar do Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas, cuja pauta de discussão lhe parece muito distante

“É uma pauta voltada para quem produz e não uma pauta voltada para quem vende mão de obra, justifica a diretora do Sindicato. Onde está uma discussão sobre recuperação de emprego por exemplo?” (entrevista autora, 2004) .

Assim, o sindicato não se sente envolvido com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que supostamente não estaria tratando de questões pertinentes aos trabalhadores rurais.

“Este Conselho não foi criado para pensar políticas para os trabalhadores. Ele foi criado para pensar uma política pensada para o desenvolvimento dos agricultores. E aí o Sindicato Patronal... Eles são envolvidos diretos porque eles representam o pequeno e médio produtor que é o Sindicato Rural” (entrevista autora, 2004) .

Pode-se perceber que a atuação do sindicato rural está ainda bastante marcada por uma concepção de luta de classes que pressupõe uma assimetria das duas “classes fundamentais” expressando as contradições em curso na produção e reprodução das condições de exploração na sociedade⁸. Isto tem dificultado perceber a importância de atuar em instâncias onde vários segmentos participam, como o Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas.

“O Conselho se tornou assim insuficiente pra nós, porque ele discute mais a questão da produção,

⁷ A avaliação do Sindicato é a de que cada máquina substituiu oitenta trabalhadores no corte da cana.

⁸ Sobre esta questão ver, por exemplo, Balibar, E. Da Luta de Classes à luta sem Classes? Textos Didáticos nº20, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1996

ele discute a questão da comercialização, da irrigação das lavouras, enquanto que nós, nós não conseguimos nos inserir. Por que nós, nós fazemos o papel de reivindicar. Então nós somos aqueles que vão reivindicar as condições do trabalhador, pra fazer a irrigação, pra fazer o plantio, prá fazer isto, pra fazer aquilo” (entrevista autora, 2004).

Mesmo a aliança com pequenos e médios proprietários não é vista como possível, já que embora menores eles são empregadores e não trabalhadores.

“E aí o sindicato rural patronal, se você for lá conversar, pedir para falar com o Dr. Fernando Pires, você vai ter uma matéria brilhante, porque ele está envolvido direto, porque ele representa o pequeno e o médio produtor, que é o sindicato rural. Porque aquele pequeno, ele emprega. Então a nossa política é a de enfrentar, por que? Ele é o empregador de um? Mas ele é um empregador de um, você entendeu? O médio, ele é um empregador de 3, de 4, de 10, de 30, mas ele é um médio, tá?” (entrevista autora, 2004).

O sindicato prioriza, ao contrário, um intercâmbio com outros sindicatos. E tem participado ativamente de grupo de trabalho do Conselho Sindical do ministério do trabalho na região de Campinas. Neste grupo de trabalho, em reuniões mensais, são discutidas questões relativas ao trabalho rural. Entre as grandes preocupações do Sindicato estão além do controle da produção, da qual depende a remuneração do trabalhador, a sua saúde e local para deixar os filhos enquanto trabalham.

A participação neste Conselho Sindical do Ministério do Trabalho tem sido vista como altamente positiva por possibilitar uma união entre os trabalhadores:

“Criou-se hoje o Conselho Sindical do Ministério do Trabalho. E neste conselho, a gente consegue ir, participar, ajudar a propor, fazer de tudo, por quê? Porque realmente ele é voltado para o interesse do trabalhador, você entendeu? Agora, o Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural não nos atinge, eu vejo desta forma. Posso até estar equivocada... O Conselho Sindical do Ministério do Trabalho, ele está... é uma nova política que o

ministério tem, até mesmo porque o governo federal hoje é do Partido dos Trabalhadores, mudou-se toda a estrutura sindical dentro do ministério, tá? E criou-se o Conselho Sindical do Ministério do Trabalho. Todos os sindicatos, todos: rural, universitário, metalúrgico, toda a diversidade, os trabalhadores, a classe como um todo está representada nesse conselho através dos sindicatos” (entrevista autora, 2004).

O Sindicato tem igualmente participado da proposta de acordo coletivo da categoria, cuja pauta de reivindicações é : garantia de salários e de remuneração; condições de trabalho e relações trabalhistas; relação sócio-econômica e trabalhista; segurança, higiene e medicina do trabalho; cláusulas sociais. O sindicato não tem penetração em outras categorias. Como reconhece a própria diretora, *na lavoura diversificada, o sindicato não tem o trabalho consistente, tá?*

Em grande medida isto se deve a grande diversidade entre os próprios trabalhadores:

“Então, de repente, eu tenho um pessoal das flores, que não entende nada da laranja; aí tem o pessoal do café que não entende nada da laranja e das flores, que não se juntam, o pessoal do café não se juntam com as flores; as flores não se juntam com as laranjas... Se você for lá discutir com alguém: olha, nós temos uma pauta aqui, queremos discutir a tarefa do café. Imediatamente, você ouve uma resposta: o que é que eu tenho com o café?, vamos dizer assim, o corporativismo deles é muito grande para o trabalhador rural, muito grande. É a área dele, por isso, o que é que tem avançado hoje? São áreas específicas: plantar com a laranja, plantar com a cana, plantar com as flores” (entrevista autora, 2004).

De qualquer maneira, não se pode afirmar que o Sindicato não tenha envidado esforços para ampliar esta sua base de apoio mais forte que é Cosmópolis. Chegou por duas vezes a abrir uma sub-sede no Bairro Reforma Agrária, mas desistiu após dois assaltos.

O Sindicato tem também participado em ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Região.

“Tivemos participação na luta pela terra. Em 1992 nós ajudamos a organizar uma ocupação de terra

aqui. Foi na cidade de Pradópolis, no Horto Florestal, que estava lá sendo explorado pela São Martinho. Deu certo, porque o governo desapropriou 2 400 alqueires de terra. Tem 480 famílias assentadas lá, 3000 famílias na época” (entrevista autora, 2004).

Este é mais uma evidência da prioridade da atuação conjunta do Sindicato com outros trabalhadores.

Para o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o relevante na atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural é o seu trabalho no sentido de valorizar a agricultura e a conseqüente manutenção de emprego e renda no setor :

“Nós achamos que é importante o funcionamento desse Conselho, que ele venha desenvolver mesmo, porque na medida em que ele pensa, assim, como comercializar, como produzir, como mexer para o pequeno e médio produtor, ele está nos dando uma garantia também, a garantia do emprego, tá? Porque quando ele tenta, quando ele tem uma política voltada para esse interesse, ele está garantindo o que? Ele está garantindo a sobrevivência dos agricultores, tá? E, com isso, ele está querendo... ele está gerando renda, vai gerando emprego. Então você vê que ele tem a sua importância, só que o público para... que vai estar contribuindo para que ele realmente possa se... avançar, não fazemos parte dele, desse público. Não é neste conselho que a nossa atuação, a nossa participação é importante” (entrevista autora, 2004)

Resumindo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural é relevante por garantir a importância da agricultura, e por conseqüentemente a renda e o emprego para os trabalhadores rurais. Mas o fundamental é a participação no Conselho Sindical do Ministério do Trabalho onde as questões específicas do trabalhador rural podem ser discutidas em conjunto com os demais trabalhadores:

“Então, assim, é muito importante esse Conselho Sindical, aí a gente consegue estar inserido, você entendeu? Que é desde a questão dele, por exemplo, fiz parte, depois entrei para o conselho, entrei para o grupo de trabalho para ter o rural

junto, né? E eu acho, eu vejo como uma coisa boa, como eu vejo bom também o Conselho de Desenvolvimento Rural, mas que não consegue manter-se unido” (entrevista autora, 2004).

Algumas Considerações

O que se percebe, portanto, é que o forte vínculo de classe e o êxito na obtenção de direitos relativos a estes trabalhadores em especial tem dificultado a percepção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em um fórum com características bastante diversas. A elaboração, aprovação e cumprimento de uma pauta de reivindicações abrangente, que vai de condições de trabalho a cláusulas sociais e políticas, tem sido a prioridade do Sindicato. Aperfeiçoar as condições de controle da produção ainda é fundamental.

Neste sentido, não é a estrutura do Conselho, a maneira como ele funciona que se constitui no obstáculo para a não participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nem mesmo uma avaliação de que o Conselho não esteja funcionando de forma adequada. A não participação é uma opção consciente por parte da diretoria feita com base na avaliação de que não se trata de uma prioridade. Não se trata de uma prioridade porque não é algo que diga respeito a questões especificamente relativas aos interesses dos trabalhadores rurais. O que não existe portanto é uma vontade política de dividir esforços e correr o risco de não ter uma atuação eficiente naquilo que é fundamental, a conquista de direitos trabalhistas importantes para estes trabalhadores.

Em outras palavras, a posição do sindicato parece ser a de que em tempos bichudos de neoliberalismo, onde o conjunto institucional composto pelo Estado-de-Bem-Estar, planificação, intervenção estatal na economia e as corporações modernas- Sindicatos incluídos- são os grandes inimigos, é necessário ter uma atuação que garanta a sua sobrevivência. Mesmo que para isto seja necessário adotar uma postura relativamente conservadora (Moraes, 1997:16/17).

De certa maneira, podemos afirmar que enquanto esta avaliação permanecer, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais não estará enviando representação ao Conselho.

Não se trata aqui de julgar esta postura. De qualquer forma, não nos parece incompatível a luta pela defesa e conquista de direitos trabalhistas de uma determinada

categoria e a participação em fóruns mais amplos como o Conselho de Desenvolvimento Rural. Existem afinal, interesses que dizem respeito a um conjunto maior e que podem estar agrupando segmentos mais amplos.

A resistência dos trabalhadores em dividir a participação sindical com a participação nestes fóruns, entretanto, não se constitui exatamente numa novidade. Estudos sobre as Câmaras Setoriais, por exemplo, já mostraram isto. Uma das mais importantes, a da indústria automobilística, demorou para obter a adesão dos trabalhadores, exatamente pelo receio de que seus interesses fossem diluídos a medida que se confrontassem com os dos outros segmentos que compunham a Câmara. Aos poucos foram convencidos da importância de participarem deste novo espaço de negociação.

Neste sentido, é importante lembrar que pelo novo estatuto do Conselho de Desenvolvimento Rural o representante dos trabalhadores rurais pode ser designado pelo representante do Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável em comum acordo com o representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

A escolha de um trabalhador que tenha alguma forma de contato com o Sindicato pode, no nosso entender, ser relevante. Este trabalhador tornar-se-ia um canal de comunicação do Conselho com o Sindicato, e à medida que os benefícios da participação fossem evidenciados, poderia convencer o Sindicato a ter uma participação efetiva.

Pode-se observar nas primeiras reuniões do CMDR/Campinas em 2005 que os membros escolhidos pelo GDRS/CATI compareceram mas não assinaram a lista de presença. Isto significa que não se sentem representantes do Sindicato, numa clara demonstração de que o problema ainda está distante de ser resolvido.

Bibliografia

BALIBAR, E. Da Luta de Classes à Luta sem classes? **Textos Didáticos número 20**, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1996.

DAGNINO, Evelina (org.) **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1994.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, **Idéias**, IFCH/ UNICAMP, nº 5/6., 2000.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de Liberalismo e Neoliberalismo: uma introdução comparativa. **Primeira Versão**, nº 73, IFCH/UNICAMP, novembro de 1997.

MILIBAND, R. Análise de Classe in Giddens, A e Turner. J. (org.) **Teoria Geral Hoje**, UNESP, São Paulo, 1999.

PIERUCCI, Antônio Flávio, Ciladas da Diferença, in **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, São Paulo 2 (2), 1993.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, número 25, ano 9, junho de 1994.

